

## **PANORAMA DA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

**Adelaide Jóia\***

No Brasil, define-se a primeira infância geralmente como o período que vai até os seis anos de idade, em que pese a *Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU)* propor estender até a idade de oito anos (UNICEF, 2006).

Esse período é fundamental no desenvolvimento emocional, mental e das habilidades sociais do indivíduo, pois, de acordo com estudos da neurociência, é durante os três primeiros anos de vida que se formam mais de 90% das conexões cerebrais.

Do nascimento aos doze primeiros meses, as crianças necessitam de cuidados especiais de proteção, nutrição adequada, atenção à saúde, estimulação sensorial, e sentirem-se amadas pelos pais e/ou cuidadores. De um aos três anos de idade, por meio de experimentação e brincadeiras, as crianças adquirem habilidades motoras, cognitivas, de linguagem, aprendem autocontrole e independência. Já entre os três e os seis anos aperfeiçoam suas habilidades motoras finas, aprimoram a linguagem, seu senso enquanto seres sociais vai se desenvolvendo e iniciam a aprendizagem da leitura e da escrita (Aguiar, 2006, p.4).

Outros estudos revelam que mais da metade do potencial intelectual desenvolvido pela criança ocorre até os quatro anos de idade, mas que, o desenvolvimento físico e mental varia de acordo com a natureza individual, gênero, condições de vida, organização familiar, cuidados/educação oferecidos, enfim, a interação da criança com os estímulos do ambiente (UNICEF, 2005).

Assim, por compreender a importância dos cuidados e educação nessa peculiar fase da vida; por compreender que descuidar dessa etapa pode significar o desperdício de

---

\* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Educação: História e Filosofia da Educação - PUCSP (2000). Professora do Curso de Pedagogia da FMC.

um imenso potencial humano e comprometer futuras gerações; e por compreender ainda que, as creches podem ser locais privilegiados para cuidar e educar as crianças, defendemos a ampliação do número de vagas, vinculada a uma proposta com especial atenção aos aspectos de proteção, saúde e educação.

### **Os primeiros passos na construção das idéias e práticas da Educação Infantil**

Antes de falar propriamente da educação infantil, é necessário compreender algumas concepções acerca da infância.

A concepção de infância é uma construção histórica e social, portanto não é possível refletir/discutir a história do pensamento educacional e/ou da infância e desconsiderar o contexto histórico vigente.

Estudos como os de Ariès (1981), Badinter (1985) e Civiletti (1988) discutem os diferentes papéis que a criança ocupou ao longo da história – da Idade Média aos dias de hoje.

Ariès identifica a ausência de um sentimento da infância até o fim do século XVII, quando teria então iniciado uma mudança considerável neste cenário.

Entre os séc. XVII e XVIII a educação da criança das classes burguesas e aristocráticas seguem por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa que viverá com os pais, sendo comum nesta época a criança conviver com o abandono moral e afetivo.

Freqüentemente o primeiro abandono é desempenhado alguns dias, ou mesmo algumas horas, após o nascimento da criança, que é entregue a uma ama.

Quando a criança volta ao lar, está freqüentemente maltratada, malformada, raquítica, enferma ou gravemente doente. Os pais queixam-se amargamente e talvez mais do que se o filho tivesse morrido; pois uma criança doente representa muitas despesas e poucas vantagens.

Quando as crianças retornam das casas das amas são imediatamente confinadas a uma governanta, até por volta de sete anos. Em seguida, se for menino, é entregue a um preceptor. As meninas continuam confinadas aguardando um marido, e quando não conseguem o destino é o convento.

O conceito de criança foi se transformando à medida que se modificavam também, as relações de produção. E é no bojo dessas transformações sociais – urbanização e proletarização – que se constitui a família nuclear, a qual além de outras atribuições, encarrega-se do cuidado com a criança pequena.

Ao longo de muitos séculos o cuidado e a educação das crianças foram de responsabilidade exclusiva da família (em especial da mãe). A criança em geral era vista como adulto em miniatura e não havia identidade pessoal.

Apesar da educação das crianças ser de responsabilidade predominantemente familiar, havia arranjos alternativos para prestar esses cuidados. Nas sociedades primitivas existiam as redes de parentesco; na Idade Antiga já era costume a utilização das amas, ou mães mercenárias como alguns denominavam; e na Idade Média e Moderna a roda dos enjeitados, (entidades religiosas).

O termo creche aparece com significado de manjedoura, presépio, significando o cuidado, amor, caridade, benfeitoria.

Por isso as creches vêm até os dias de hoje impregnadas da pecha do abandono, pobreza, culpa, favor e caridade, atribuindo-se a esse serviço a precariedade e ressaltando-se o lado negativo do atendimento extra familiar.

### **Pioneiros da Educação Infantil**

Nos séculos XV e XVI novos modelos educacionais foram criados, como por exemplo, estimular a criatividade da criança e associar o jogo à aprendizagem.

A transformação da sociedade agrária em urbana acabou por afastar ainda mais as crianças dos pais que passavam quase todo o tempo fora de casa trabalhando, (fábricas, minas etc).

Tal abandono provocava a morte em massa de crianças, o que por um lado comprometia a reprodução da força de trabalho e por outro, chamava a atenção das senhoras da comunidade, que tomadas pelo sentimento cristão da piedade, acabavam cuidando das crianças abandonadas. Gradativamente este modelo foi se transformando em instituições (religiosas) formais de atendimento filantrópico.

O lema básico dessas instituições era o ensino da obediência, da moralidade, da devoção e do valor do trabalho. Era comum o uso do apito como instrumento disciplinador nas enormes turmas.

Apesar de horrível, este modelo contribuiu muito no combate à mortalidade infantil.

### **Um olhar sobre as novas propostas educacionais**

- J. A. Comênio (1657): propunha a educação desde o jardim de infância, para todos, alegre e sem fadiga.
- J.J. Rousseau (1712 - 1778): uma proposta educacional que combatia os preconceitos e autoritarismos, destacava o papel da mãe e combatia também os preceptores; para esse autor a infância não era a preparação para o futuro, mas tinha valor em si mesma, a educação deveria seguir a liberdade e o ritmo da natureza.
- Pestalozzi (1746 – 1827): considerava que a força da educação estaria na bondade e no amor, tal como na família. A educação deveria cuidar do desenvolvimento afetivo desde o nascimento, e destacou ainda o valor educativo do trabalho manual.
- Froebel (1782 – 1852): criou em 1837 o jardim de infância, que divergiam tanto das casas assistenciais, por incluírem uma dimensão pedagógica, quanto da escola, que demonstrava ter constante preocupação com a moldagem da criança – atividades de cooperação e o jogo.

### **Contexto da educação infantil no Brasil**

Historicamente no Brasil, a educação infantil se desenvolveu em duas diferentes modalidades de atendimento, pois os contextos de demandas eram distintos. Por um lado,

surgiram os jardins de infância (precursores das pré-escolas), inspirados em modelos desenvolvidos em outros países, voltados às crianças de famílias mais abastadas; e, por outro, as creches destinadas às crianças das camadas trabalhadoras – especialmente da recém classe operária brasileira – de cunho essencialmente assistencialista. A segunda foi, durante muito tempo uma instituição para abrigar e salvar crianças (pobres) cujas famílias, consideradas desajustadas, não possuíam estrutura para fazer. Assim, a maior preocupação das propostas presentes nas creches era com a higiene, considerada extremamente precária entre as camadas populares, e com a saúde, tendo em vista o altíssimo grau de mortalidade infantil.

A expansão da pré-escola se dá em um contexto de difusão da teoria da privação cultural e da proposta da educação compensatória, transformando o espaço que anteriormente valorizava mais a recreação e a socialização, em um local de preparação da criança para a escola regular (o lema passa ser o combate ao fracasso escolar).

Enquanto isso, as creches permaneceram no âmbito do bem estar social, cuja função prioritária era a guarda da criança; e foi durante muito tempo concebida como substituta materna, ou seja, como uma instituição que acolhia crianças enquanto suas mães trabalhavam fora de casa. Essa vinculação, segundo Rosemberg (1989), trouxe pesadas conseqüências à instituição, tanto na perspectiva de sua expansão, como na busca de sua identidade, uma vez que o serviço era visto como emergencial e provisório.

A década de 1980 pode ser considerada um divisor de águas na trajetória da educação infantil brasileira; foi marcada pelas lutas sociais (Movimento de Luta por Creches), pela movimentação de profissionais ligados à pesquisa e ao atendimento à infância, que discutiam creche e pré-escola no mesmo campo temático, visando o pleno desenvolvimento da criança, e também pela Constituição Federal que reconheceu como direito da criança e dever do Estado o acesso à educação em creches e pré-escolas.

Art 208. O dever do Estado com educação será efetivado mediante garantia de:  
(...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos.

Nos anos de 1990 entram em cena o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990, art.54), e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) que inclui a creche ao lado da pré-escola na área de competência da educação e traz também o debate em torno da dicotomia cuidar e educar, na perspectiva da sua integração.

Nesse momento histórico percebe-se, ao menos do ponto de vista legal, uma tendência de integração entre o cuidar e o educar, na medida em que a instituição que acolhe a criança, quer seja a creche, quer seja a pré-escola, faz na perspectiva do direito e não mais do “favor”; e que famílias e instituições têm que ser parceiras e atuar de forma que uma seja complementar à outra.

Todavia, a realidade tem demonstrado uma larga distância entre a legislação e a prática, pois os dados revelam que apenas 15,5% das crianças freqüentam creche (INEP, 2006), enquanto que as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período eram de 30%. E os percentuais tornam-se ainda mais cruéis quando se trata de equidade, tendo em vista que, somente 28,9% das crianças até seis anos que integram os 20% da população mais pobre freqüentam estabelecimentos de ensino (PNAD, 2003).

E no que se refere mais especificamente à qualidade do atendimento na educação infantil, percebe-se que a dicotomia entre o cuidar e o educar persiste, pois, nos ambientes de creche predominam as atividades relacionadas ao cuidado (ligadas ao corpo), o foco são as crianças de famílias com necessidades, o atendimento geralmente ocorre em período integral, as profissionais são menos qualificadas – apenas 29% dos professores das creches possuem nível superior (MEC/INEP/Censo Escolar, 2005), a jornada de trabalho é maior e funciona de 11 a 12 meses ao ano. Já nas pré-escolas o atendimento ocorre preferencialmente em período parcial, o critério de admissão é geralmente a idade (privilegia-se às crianças mais velhas), as docentes são mais qualificadas 40% possuem nível superior (MEC/INEP/Censo Escolar, 2005), a jornada de trabalho é menor e o funcionamento obedece ao calendário escolar (200 dias letivos). Principalmente nas creches, boa parte dos espaços de atendimento, não seguem ainda, as orientações descritas no PNE (além de não dispor de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados).

Nossa perspectiva é que possamos partir de uma abordagem integrada, em que os ambientes de educação infantil sejam espaços compostos por pessoas (educadores) que compreendam o educar e o cuidar de forma indissociável, e como responsabilidade compartilhada entre família, estado e sociedade.

## **Bibliografia**

AGUIAR, Gabriela Azevedo de. *Primeira Infância no Brasil* (mimeo). Rio de Janeiro, 2006.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Sistematização do Seminário de Educação Infantil*. Documento interno (mimeo). São Paulo, 2005.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). *O município e a criança de até 6 anos: direitos cumpridos, respeitados e protegidos*. Brasília, 2005.

JÓIA, Adelaide. *Educação Infantil em Caieiras: um estudo sobre as concepções e práticas de atendimento à criança pequena presente em creches municipais*. Dissertação (Mestrado em educação), PUC-SP São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: Fundamentos e métodos*. São Paulo, Cortez, 2002.

Perspectivas  
*em Educação*